



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**



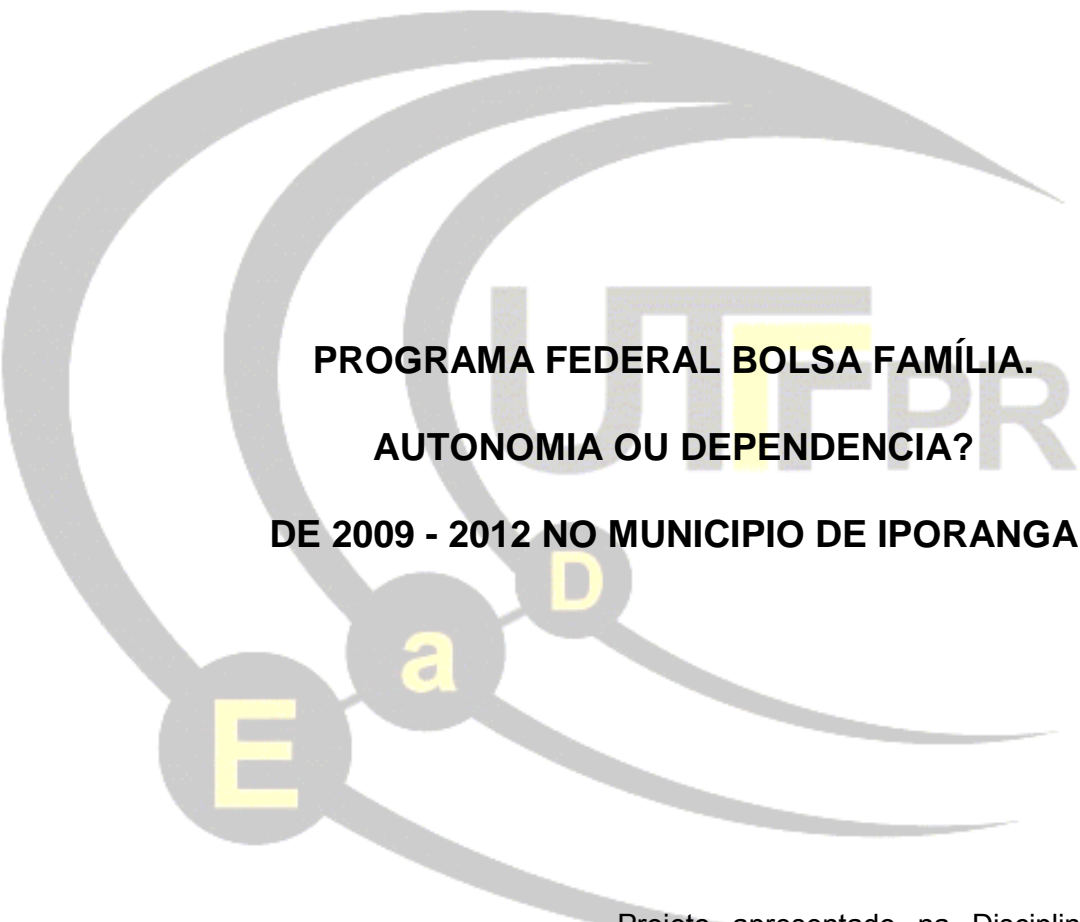
LIDIA CHAGAS SCHNABEL

**PROGRAMA FEDERAL BOLSA FAMÍLIA.
AUTONOMIA OU DEPENDENCIA?
DE 2009 - 2012 NO MUNICÍPIO DE IPORANGA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

**APIAI- SP
2013**

LIDIA CHAGAS SCHNABEL



**PROGRAMA FEDERAL BOLSA FAMÍLIA.
AUTONOMIA OU DEPENDENCIA?**

DE 2009 - 2012 NO MUNICÍPIO DE IPORANGA

Projeto apresentado na Disciplina de “Gestão Pública Municipal.” como requisito básico para a apresentação do Trabalho de Conclusão de Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Moisés Francisco Farah Junior

**APIÁI - SP
2013**



TERMO DE APROVAÇÃO

Programa Federal Bolsa Família.

Autonomia ou Dependência?

De 2009 – 2012 no município de Iporanga.

Por

LIDIA CHAGAS SCHNABEL

Esta monografia foi apresentada às. 15h30min do dia **02 de Dezembro de 2013** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em **Gestão Pública Municipal**, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Apiaí. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho.

Prof^a. Dr. Moisés Francisco Farah Jr.

UTFPR – Campus Curitiba

(orientador)

Prof. Dr.. Msc. Thiago Cavalcante Nascimento

UTFPR – Campus Curitiba

Profa. Dra. Ana Paula Myzzuk

UTFPR – Campus Curitiba

Dedico minha gratidão, pela finalização deste meu trabalho, a Deus eterno e amado que me conduziu até este curso, permitindo que eu me capacitasse para ser um melhor instrumental seu.

Ao meu marido Ronald Marcos Schnabel que eu tanto admiro e amo, pela sua constante presença, apoio e incentivo em todas as minhas horas de estudo.

AGRADECIMENTOS

As minhas irmãs Carla, Rute e Creuzinha que me apoiaram com palavras de incentivo e orações e me acolheram durante tantos meses, nos quais não tive acesso à internet para realização das pesquisas necessárias.

Ao meu esposo, pela orientação, dedicação e incentivo para a busca de meu crescimento profissional.

À minha amada mãe e amiga Isa, pelos sábios conselhos transmitidos durante a nossa convivência.

À minha colega de profissão, amiga pessoal e depois cunhada Bia, pela sua grande competência e orientação técnica, por ser o que é, resoluta, objetiva, viabilizando gerenciamentos e está sempre a disponibilizar reservas.

Ao casal Serginho e Evanice que no decorrer deste estudo, sempre estiveram presentes com petiscos e auxiliando no cuidado da nossa casa durante as inúmeras vezes que tivemos que nos ausentar para o levantamento de dados da pesquisa.

Ao orientador Prof. Dr. Professor Moisés Francisco Farah Jr. que me norteou nesta trajetória como bússola à especialização científica, através de sua presteza, disponibilidade e atenção, viabilizando para que o trabalho hora apresentado, alcançasse o processo da eficiência, eficácia e efetividade na produção científica que são pressupostos imprescindíveis para o cumprimento desta etapa do curso de especialização.

Agradeço aos colegas de trabalho Cida, Diogo e Jane, do Centro de Referência da Assistência Social, que prestaram aconselhamentos, informações sobre a pesquisa, norteando dados de suma relevância à monografia apresentada. E especialmente ao especialista Diogo, o qual mediou o levantamento de dados técnicos e históricos apresentados neste trabalho científico.

Agradeço aos professores e tutores do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização desta minha monografia.

“ Cria em mim, ó Deus, um coração puro, e renova dentro de mim um espírito inabalável” .

(Salmos 51-10)

RESUMO

SCHNABEL, Lidia Chagas, Programa Federal Bolsa Família. Autonomia ou Dependência? De 2009 – 2012 no município de Iporanga. Páginas 63. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

Este trabalho tem como temática o objetivo de evidenciar no cenário abordado os nuances que o repasse do programa de transferência de renda Bolsa Família significa para o público alvo no Município de Iporanga-SP. Neste viés pesquisamos se o recurso hora transferido fomenta a independência levando as pessoas a serem atores de suas vidas ou configura-se na dependência que subjuga e tolhe o protagonismo de suas vivências

Palavras-chave: Bolsa Família, Transferência de Renda, Multidimensionalmente pobre, Centro de Referência da Assistência Social.

ABSTRACT

SCHNABEL, Lidia Chagas, Federal Program Bolsa Família. Autonomy or Dependence?. From 2009 to 2012 in the municipality of Iporanga. Pages 63. Monograph (Specialization in Municipal Public Management). Technological University Federal of the Paraná, Curitiba, 2013.

This scientific work aims to show the nuances of the Federal Program Bolsa Família means to the people of Iporanga city in SP state. The research does a parallel on such resource as an instrument of independence leading people to be actors of their lives or just a way of having them dependent, not protagonists of their life experiences.

Keywords: Family Financial Assistance, Money Transfer, Extremely poor, Social Assistance Center.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Município de Iporanga - SP	32
Figura 2 – Mapa do Parque estadual PETAR	33
Figura 3 – Vista aérea de Iporanga	34
Figura 4 – Localização estratégica do Município de Iporanga	35
Figura 5 – Municípios limítrofes	39
Figura 6- Curso de Biscuit	44
Figura 7- Curso de Biscuit	44
Figura 8- Curso de Vagonite	44
Figura 9- Curso de Vagonite	44
Figura 10 – Curso de taquara	45
Figura 11- Curso de Taquara	45
Figura 12- Curso de Taquara	45
Figura 13- Curso de Horticultura	45
Figura 14- Curso de Horticultura	45
Figura 15 – Curso de Pintura	46
Figura 16- Curso de Pintura	46
Figura 17- Curso de Corte e Costura	46
Figura 18- Curso de Corte e Costura	46

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1 – Beneficiários em Iporanga	19
Gráfico 2 – Repasse aos beneficiários em reais em Iporanga	20
Gráfico 3 – Repasse aos beneficiários em Reais no Brasil	20
Gráfico 4 – Beneficiários que deixaram de receber o beneficio	22
Gráfico 5 – Distribuição demográfica	32
Gráfico 6 – Regulamentações	36
Gráfico 7 - Porcentagem de Beneficiários	40
Gráfico 8 - Ano de Inserção	49
Gráfico 9 - Recursos	49
Gráfico 10 - Transparência de Renda	49
Gráfico 11 - Fontes de Renda	50
Gráfico 12 - Opinião	50
Gráfico 13 - Dependência	50
Gráfico 14 - Participação nos Cursos	51
Gráfico 15 - Aferição da Renda	51
Gráfico 16 - Aferição de Renda	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Porte do município	29
Tabela 2 – Percentuais da arena pesquisada	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF - Bolsa Família

CadÚnico – Cadastro Único

CATI - Casa da Agricultura de Iporanga

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

IPNEA - Instituto de Pesquisa Nacional e Econômica Aplicada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

II - Imposto sobre Importação

IPEA - Instituto de Pesquisas Avançadas

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PETAR - Parque Estadual do Alto Ribeira

TR - Transferência de Renda

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1. O Programa Bolsa Família	16
2.2. Histórico de inclusão, exclusão e desligamento dos beneficiários no programa federal de transferência de renda bolsa família dos 2009 /2012	19
2.3. Condicionalidades do programa Bolsa Família	23
3. MUNICÍPIO DE IPORANGA	29
3.1. Iporanga demograficamente	33
4. PERTINENCIAS LEGAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	38
4.1. Lei específica do Programa Bolsa Família	39
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	40
5.1. Local do Estudo	40
5.2. Técnicas de pesquisa	42
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
6.1. Cursos ofertados pelo CRAS	46
6.2. Tabulação de dados	50
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
ANEXOS	64

1. INTRODUÇÃO

Com a criação do Programa de transferência de Renda Bolsa Família, pelo governo Federal em 2003, em decorrência das mazelas conjunturais latentes e diante das disparidades e a concentração de renda de forma desigual, a qual ocasiona uma desestruturação social, em meio a esta interface, foi este programa inserido em 2004 no município de Iporanga, a fim de minimizar as moléstias sociais nas quais a população de poder aquisitivo vulnerável e multidimensionalmente desprovidas, como explanado em Terezinha Cristina Barwick Barata, 2008, pg. 56:

“As políticas de transferências de renda passam a compor escolhas do poder público, em especial a partir de meados da década de 1990, quando as políticas sociais passaram a ser formuladas levando-se em conta a pobreza como questão social. Nesse período, observam-se as primeiras experiências de programas de transferência condicionadas a renda na América Latina. (Terezinha Cristina Barwick Barata, 2008, p. 56)”.

Nosso objetivo principal nesta perspectiva, será fazer um levantamento local e limitado de uma amostragem definida, da questão da transferência de renda no município de Iporanga entre os anos de 2009 a 2012, a fim de aferir se esta transferência de renda fomenta ou não a independência do beneficiário.

Como objetivo secundário a presente monografia busca neste contexto apresentar a política do Programa Federal Bolsa Família, no qual identifica-se as formas de utilização dos recursos oriundos desta transferências.

A intervenção Estatal é imprescindível, pois segundo o índice do Produto Interno Bruto-PIB¹ e o Índice do Produto Interno per capita², ilustra que o nosso País, apesar de estar entre as nações mais abastadas do planeta, continua apresentando de forma gritante disparidade social e financeira e para tal mensuração também se utiliza o Coeficiente de Gini³, conforme a autora Terezinha Cristina Barwick Barata, 2008, pg. 22:

“O coeficiente de Gini é uma medida comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um numero entre 0 e 1, onde 0 corresponde á

¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto

² http://pt.wikipedia.org/wiki/Renda_per_capita

³ http://desigualdade-social.info/mos/view/%C3%8Dndice_de_Gini/

completa igualdade de renda(onde têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade onde uma pessoa tem toda a renda e as demais não tem nada. (Terezinha Cristina Barwick Barata, 2008, p. 22)".

Nesta conjuntura o presente estudo, propõem nos moldes conforme acima citados, se a transferência de renda, promove ou não a independia financeira do beneficiário. Esta temática neste contexto é significativa, pois até a presente data não há registro divulgado no município de Iporanga, de análise investigativa em relação à utilização do recurso de transferência de renda pelo beneficiário na municipalidade.

A região na qual está situada a cidade de Iporanga, encontra-se no bojo de uma reserva da biodiversidade⁴ e em decorrência do citado depara com grandes obstáculos no que tange a empregabilidade, pois a legislação do meio ambiente, onde PETAR⁵ esta inserido, apresenta uma serie de imposições quanto a implantação de industrias locais, sendo a sim, a geração de renda sobrevém principalmente do funcionalismo publico da Prefeitura Municipal de Iporanga⁶ e poucos comércios que absorvem em sua maioria a mão de obra parental.

⁴ Biodiversidade - é a diversidade da natureza viva. Desde 1986, o conceito tem adquirido largo uso entre biólogos, ambientalistas, líderes políticos e cidadãos informados no mundo todo. Este uso coincidiu com o aumento da preocupação com a extinção, observado nas últimas décadas do século XX. Pode ser definida como a variedade existente entre os organismos vivos e as complexidades ecológicas nas quais elas ocorrem

⁵ PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - O PETAR é um dos Parques mais antigos do Estado de São Paulo, criado através do Decreto nº 32.283 de 19/05/1958. O PETAR conta com uma área de 35.712 ha, visando resguardar e proteger o rico patrimônio natural da região do Alto Ribeira, representado pela importante biodiversidade dos remanescentes de Mata Atlântica, pelos sítios paleontológicos, arqueológicos, históricos e por abrigar uma das províncias espeleológicas mais importantes do Brasil com mais de 300 cavernas cadastradas pela SBE - Sociedade Brasileira de Espeleologia. <http://www.petar.com.br/>

⁶ Prefeitura - <http://www.iporanga.sp.gov.br>

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conceitua-se a fundamentação teórica deste capítulo como escopo principal a exposição normativa relacionada à temática abordada a fim de nortear e legitimar a investigação relacionada ao Programa Federal de Transferência de Renda Bolsa Família.

Desenvolve-se no item 2. Síntese do Programa Bolsa Família e no item; 3. Características do Município de Iporanga e no item 4. Pertinências Legais do Programa Bolsa Família.

Nesta perspectiva almejamos elucidar o diagnóstico da eficiência e eficácia do Programa de transferência de Renda B.F, ou constata que tal transferência ao longo destes quatro anos submergiu está demanda beneficiária a uma constante dependência.

2.1. O Programa Bolsa Família.

Desde da constituição Federal de 1988, as políticas sociais vem se se configurando e fortalecendo-se, nesta viés fundamentaram-se os direitos sócias a fim de subsidiar e fomentar o empoderamento social no que tange o embate a demanda da população que se encontra no aspecto de multidimensionalmente Capacitação para Controle Social nos Municípios: A.S. e PBF-Brasília -2010 pg. 134:

“É uma situação que apresenta diversas dimensões, características ao mesmo tempo, (Capacitação para Controle Social nos Municípios: A. S. e PBF- Brasília -2010P. 134)”.

fragilizadas, e neste contexto é que se situa as famílias que estão inseridas no Programa Federal Bolsa Família, e esta carta Magda, como salientado no livro Capacitação para Controle Social nos Municípios: A.S. e PBF- Brasília -2010 pg. 32:

“A constituição Federal 88 impulsionou uma significativa reorganização da agenda social brasileira, posicionando o cidadão no centro desse processo como sujeito de direito. (Capacitação para Controle Social nos Municípios: A. S. e PBF- Brasília -2010P. 32)”.

Embasa-se neste construto o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família visa em seu bojo à articulação de ações intersetoriais, com embate nas políticas públicas e sociais no Brasil, como direciona o escrito Capacitação para Controle Social nos Municípios: A. S. e PBF- Brasília -2010 pg. 166:

“O Programa Bolsa Família (PBF) é um exemplo concreto de integração entre as políticas ao promover a transferência de renda dirigida ao combate á pobreza, em articulação com as ações de educação, saúde e assistência social. (Capacitação para Controle Social nos Municípios: A. S. e PBF-Brasília -2010P. 166)”.

Os critérios para inclusão no Programa Bolsa Família PBF, salienta que o núcleo familiar deve está no cálculo de pobreza do município, que são aferidos pelo Instituto de Pesquisa Nacional e Econômica Aplicada -IPEA, sendo de pertinência privativa do MDS a concessão do benefício financeiro, salientamos duas viés para tal concessão ao beneficiário, sendo a primeira, usuário está na estimativa de pobreza do município e está inserido no Cadastro Único- CadÚnico, como em destarte Terezinha Cristina Barwick Barata -2008, pg.166 afirma:

“Isso significa dizer que serão concedidos novos benefícios somente para as famílias que estiverem inscritas no CadÚnico e preencherem todos os requisitos necessários conforme as regras do programa, analisando a estimativa de família pobres de cada Município e disponibilidade orçamento do Governo Federal. Além desses requisitos, será realizada a concessão aos cadastradas identificadas com a situação de domicílio ativo no cadúnico. (Terezinha Cristina Barwick Barata -2008, P.166)”.

Inúmeros questionamentos são feito em relação à inserção dos usuários no Programa Bolsa Família, no entanto nos referendamos a legislação do Bolsa Família⁷, tal competência salienta que está concessão é realizada de forma impessoal e automatizada, sendo assim os órgãos cadastrados do município que realizam o cadastramento não tem autonomia arbitrária para decidir sobre a concessão do Benefício, o Governo Federal Lançou o livro Capacitação para Controle Social nos Municípios: A. S. e PBF- Brasília -2010P. 135 que assevera:

“É importante saber que a família não vai entrar diretamente no Programa Bolsa Família com o cadastro. O critério principal para inclusão é a renda mensal da família. As famílias que possuem menor renda são incluídas primeiro, selecionados automaticamente pelo Governo Federal. (Capacitação para Controle Social nos Municípios: A. S. e PBF- Brasília - 2010P. 135)”.

⁷ Lei nº 10.836/04

Nesta perspectiva social os usuários habilitados a serem introduzidos a permanecer no Programa Bolsa Família, abarcaram os cadastros atualizados nos últimos 24 meses; com renda mensal por pessoa menor ou igual ao limite de extrema pobreza (R\$ 70,00); e com renda mensal por pessoa entre os limites de extrema pobreza e multidimensionalmente pobre (R\$ 70,01 e R\$ 140,00), desde que possuam crianças e/ou adolescentes de 0 a 17 anos na sua composição.

Caso não esteja enquadrada em nenhum desses quesitos, a família não tem perfil para receber o benefício e caso a linhagem esteja recebendo e não for mais elegível o núcleo deixara de ter o perfil do programa, não contemplando mais o benefício.

Sendo assim para ser inserido e permanecer no Programa é necessário que o usuário tenha características preencha os predicados pelo sistema nacional do Programa Bolsa Família.

2.2. Histórico de Inclusão, Exclusão e Desligamento dos Beneficiários no Programa Federal de Transferência de Renda Bolsa Família dos anos 2009 / 2012⁸.

Após está no perfil das famílias elegível e está cadastrado no CadÚnico, a família que for incluída no Programa, recebe em sua residência via correio, emitido pela Caixa Econômica Federal, um cartão magnético, após o recebido deve ir até o Banco referenciado e ativar e cadastrar uma senha de uso pessoal e intransferível, assim a família poderá utilizar o benefício, a fim de minimizar a fragilidade latente que a mesma apontar como prioridade e além do cartão é fornecido um calendário de pagamentos, segundo o texto de Capacitação para Controle Social nos Municípios: A. S. e PBF- Brasília -2010 pg. 138:

“Em cada agência, o gerente-geral ou funcionário designado, devidamente capacitado pelo agente operador, deve realizar a interlocução institucional com a prefeitura. Essas agencias devem prestar suporte técnico aos demais canais de pagamento e orientação especializada ao(s) municípios (s) em sua área de atuação, sendo eles: Agencias bancárias da CAIXA; Terminais

⁸ Quantidade de beneficiários inseridos no decorrer dos anos de 2009 á 2012 no Município de Iporanga/SP-

de autoatendimento CAIXA; Casas lotéricas; Caixa Aqui: estabelecimento comerciais credenciados como correspondentes bancários de Caixa, como padarias, mercados e outros.(Capacitação para Controle Social nos Municípios: A. S. e PBF- Brasília -2010P. 138)”.

Neste viés informa-se através dos gráficos, disponibilizado pelo CRAS, a quantidade de benefício concedido aumenta a cada ano seguinte, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), se baseia na estimativa de famílias pobres do censo 2010, que incluía 447 famílias, atualmente o município representa uma cobertura de 111,9% da estimativa de famílias pobres no município, o MDS faz cruzamentos de dados com abalanzamento de famílias pobre cadastrada na cadúnico x IBGE⁹. Repasse direto para o Beneficiário em reais.

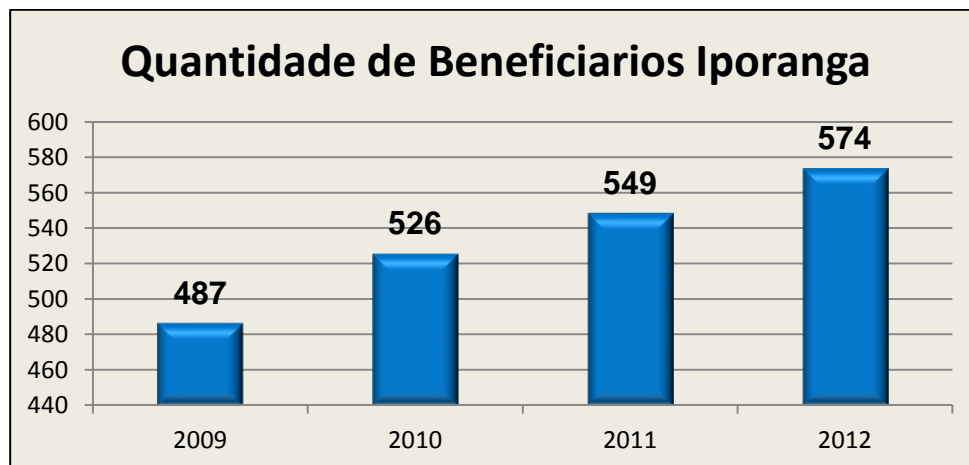


Gráfico 1- Quantidade de beneficiários em Iporanga

Como referendados nas legislações, os valores dos benefícios repassados revelam a cada ano, esse aumentativo que mostra a eficácia da política da transferência de renda, aumentando conforme a *renda per capita* brasileira aumenta ou salário mínimo, inicialmente o programa repassa R\$ 15,00 do valor do bolsa escola e R\$ 45,00 auxílio gás, hoje o programa aumentou esses repasses visando o melhor atendimento para as famílias criando novos benefício dentro do bolsa

⁹ (censo 2010).

família.; A regulamentação¹⁰ do Programa estabelece os seguintes tipos de benefícios:

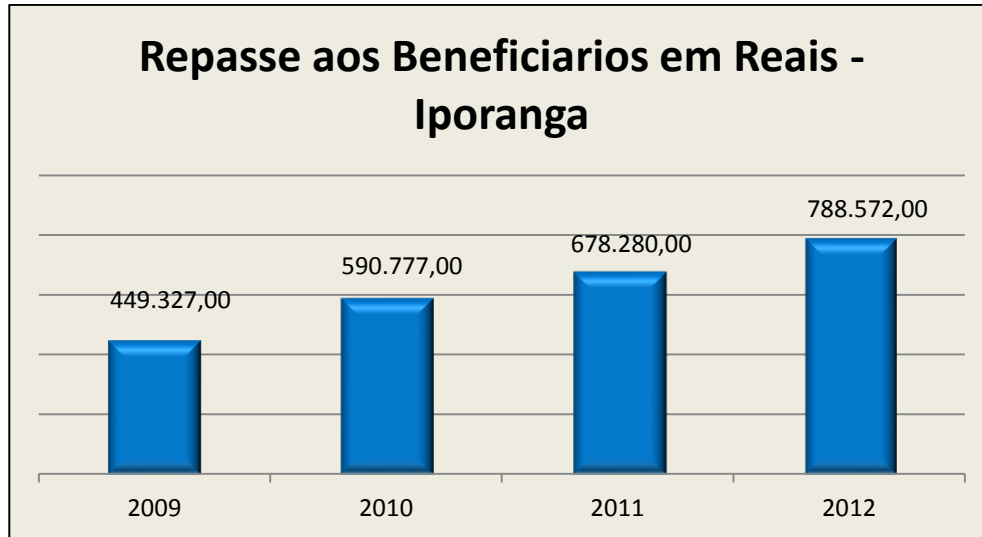


Gráfico 2- Repasse aos beneficiários em reais – Município de Iporanga

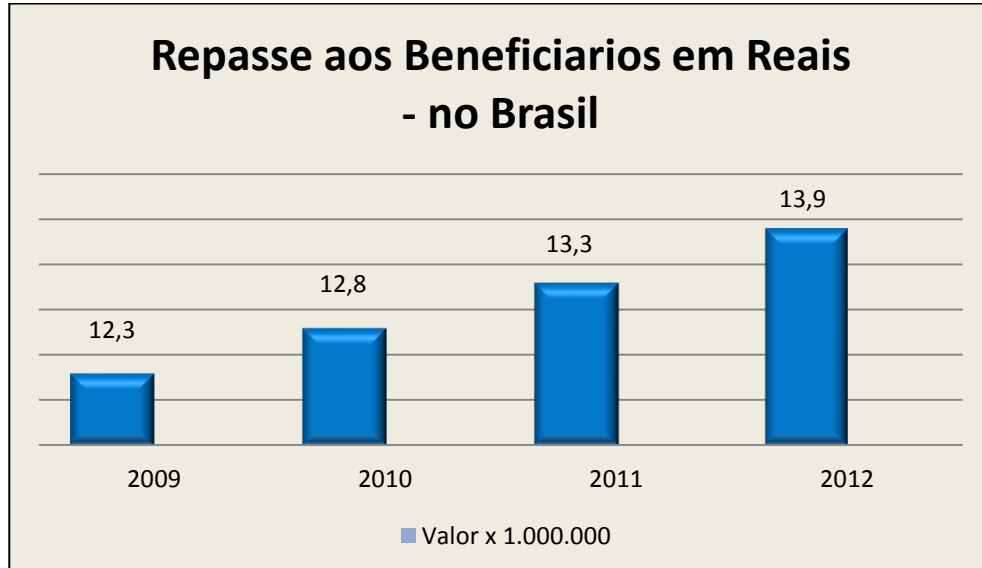


Gráfico 3 – Repasse aos beneficiários em reais – no Brasil

Os valores aqui declarados foram dados obtidos no site, do MDS e copiados por esta subscritora.

¹⁰ <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>

Benefício Básico, concedido apenas a famílias multidimensionalmente e extremamente pobres, ou seja, com renda mensal por pessoa menor ou igual a R\$ 70,00, independente da composição familiar.

Benefício Variável, concedido ao núcleo familiar com crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade, o valor de repasse é de R\$ 32,00 até cinco crianças.

Benefício Variável à Gestante é concedido ao beneficiário é identificado quando contém gestantes em sua composição, esse repasse será feito em pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês de identificação da gravidez, é realizada no Sistema Bolsa Família na Saúde e no Sistema de Condicionalidades. O Cadastro Único não possui campo para incluir se há gestantes.

Benefício Variável à Nutriz, concedido às famílias do programa que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, com repasse de seis parcelas mensais ininterruptas, a transferência se dá até o sexto mês de vida da criança ou quando for identificada pelo programa por meio do Cadunico.

Os benefícios variáveis acima descritos são atidos até 5 (cinco membros) por família, mas todos os seus integrantes devem ser notados no Cadastro Único.

Benefício Variável Jovem é repassado às famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, limitado a três benefícios por família, o benefício continua sendo liquidado regularmente à família até dezembro do ano de aniversário de 18 anos do adolescente.

Benefício para Superação da Extrema Pobreza é transferido às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que persistam em situação de multidimensionalmente pobre (renda mensal per capita menor ou igual a R\$ 70,00), mesmo após o recebimento dos demais benefícios, BSP independe da composição familiar e calculado caso a caso.

Quantidade de beneficiários que deixaram de receber o benefício por motivos de renda per capita, desligamento voluntário e/ou por descumprimento de condicionalidades.

Renda per capita; Quando algum componente da família obtém renda tanto por carteira assinada, aposentadoria outras fontes de remuneração, e a mesma forem associadas ao programa, assim que identificada pelo município, a mesma ultrapassar a per capita de 140,01, será excluída do programa.

Desligamento Voluntário; A medida assegura, a qualquer momento dentro do prazo de 36 meses, o retorno imediato de famílias que tenham se desligado voluntariamente do PBF por não necessitarem mais do benefício financeiro. Uma normativa lançada em 2011, por introdução operacional¹¹ nº 48 que orienta como prosseguir.

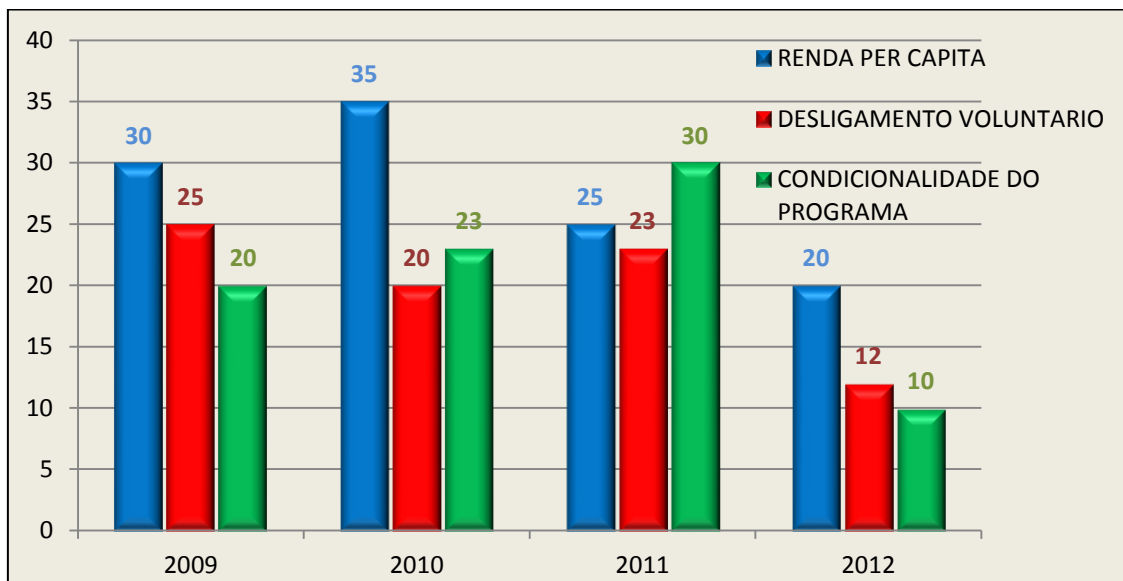


Gráfico 4 – Beneficiários que deixaram de receber o benefício

2.3. Condicionalidades do Programa Bolsa Família

As condicionalidade são vertentes que o Governo Federal criou, a fim de motivar as famílias há cumprir com os pré-requisitos básicos e fundamental no que tange a educação fundamental (requerendo presença mínima de 75%) saúde

¹¹ www.mds.gov.br/bolsafamilia/legislacao-1/instrucoes-operacionais/2011/Instrucao

(vacinas em dia, pré-natal), pois o governo Federal ao longo destes anos aparentemente demonstra ter identificado que quanto maior a vulnerabilidade que elenca a família, maior são as privações que as prescindam, sendo assim no documento Capacitação para Controle Social nos Municípios: A. S. e PBF- Brasília - 2010 pg. 140 define:

“As famílias em descumprimento de condicionalidades devem ser localizadas e acompanhadas, a fim de promover o acesso a serviços para melhoria de suas condições de vida, bem como para identificar e atuar sobre os fatores que levam as famílias ao não cumprimento das condicionalidades. Em outras palavras famílias em descumprimento de condicionalidades geralmente são as que se encontram em maior risco social, o que dificulta o acesso aos serviços sociais a que têm direito.(Capacitação para Controle Social nos Municípios: A. S. e PBF- Brasília - 2010P. 140)”.

O acampamento das condicionalidades são vertentes que possibilitam o poder público a aproximar da constatação multidimensionalmente pobres, propiciando uma contra proposta para que a família receba o benefício e consolide através do benefício aferido, para que a mesma sobrepuje pelos serviços aferidos na constituição federal de 1988 no que tange as condições básicas. Esse procedimento visa como estratégia mais adequada para trabalhar a superação das vulnerabilidades sociais que impedem ou dificultam que a família cumpra os compromissos no programa, segundo o Guia¹² e Manuais 2010 pag.7 no que tange as Condicionalidades¹³ referenda que:

“As condicionalidades do Programa Bolsa Família foram formuladas como um mecanismo para reforçar o exercício, pelos brasileiros mais pobres, de direitos básicos como o acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper o ciclo intergeracional da pobreza.”

Nesta interface, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social, o descumprimento das condicionalidades do

¹² Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família-Volume I - Brasília/DF2010.

¹³ <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>

Programa Bolsa Família por parte das famílias pode gerar alguns efeitos em seu benefício financeiro.

Como respaldo para os diferentes beneficiários em todo território nacional, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome –Programa Bolsa Família - Agenda da Família¹⁴ 2010 pg. 5 norteia:

“A agenda da família do Programa Bolsa Família. Além de conhecer melhor o programa, aqui você encontrará informações importantes sobre os direitos e os deveres das famílias atendidas pelo Bolsa Família. (Agenda da Família 2010, p.5”.

Em destarte nas condicionalidades são apresentados três quistos básicos que as famílias necessitam manter, para que seu beneficio não sofra suspensão e até o cancelamento.

Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê, nesta viés o texto de Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família-Volume I - Brasília/DF2010, pg.13:

“As condicionalidades contribuem para a realização dos compromissos constitucionais da saúde e da legislação do Sistema Único de Saúde (SUS) desde a LEI Nº 8.080/1990 E Nº 8.142/1990, até as políticas nacionais de Atenção Básica e de Alimentação e Nutrição, uma vez que reforçam a atenção á saúde e visam a melhoria das condições de saúde e nutrição da população.(Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família-Volume I - Brasília/DF2010,p.13)”.

Os documentos contidas em relação a saúde no livro: “Sistema e procedimentos para o acompanhamento das condicionalidades Volume II”. Brasília/DF 2010, pg.10, expressa:

“O sistema pode ser acessado pelo endereço: <<http://bolsafamilia.datasus.gov.br>> ou na pagina do Bolsa Família (<www.mds.gov.br/blsafamilia>), clicando na opção condicionalidade e, em seguida, no menu: Sistema procedimentos para o acompanhamento das condicionalidades Volume II”. (Brasília/DF2010, p.10)”.

¹⁴ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome –Programa Bolsa Família-Agenda da Família-Distribuição Gratuita. Copyright 2010.

No que tange a Educação tanto crianças como adolescentes devem ser matriculados pelos seus responsáveis, e em consonância do exposto devem aferir uma frequência mínima de 75%, sendo que estes dados são de responsabilidade da educação correlata do município, como prescreve o texto Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família-Volume I - Brasília/DF 2010. pg. 27:

“O registro da frequência escolar é feito no sistema do Ministério da Educação (MEC). Os dados da frequência escolar podem ser registrados pela própria escola ou técnico indicado pelo município. (Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família-Volume I - Brasília/DF2010. P.27)”.

O acompanhamento sistemático no âmbito da Assistência Social, tende a fortalecer os Serviços no âmbito do SUAS, de forma continua perfazendo a interface com as demais políticas setoriais como respalda o artigo:

“Cabe destacar a forte interface entre o PBF e a assistência social. Essa relação é ainda mais imediata do que com a saúde e educação, visto estarem sob o mesmo Ministério, no âmbito federal, e dividirem o lócus institucional de gestão em todos os estados e na maior parte dos municípios. Além disso, o PBF utiliza estruturas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como a Comissão Intergestora Tripartite (CIT), Comissões Intergestoras Bipartites (CIB), ou espaços como o Colegiado Nacional de Gestores da Assistência Social (Congemas) e o Fórum dos Secretários Estaduais de Assistência Social (Fonseas), para negociar com os demais, níveis de governo a regulamentação de novos processos. Outra importante interface refere-se à forma de repasse financeiro para apoio à gestão descentralizada do PBF para estados e municípios, por meio dos respectivos fundos de assistência social”.

O acompanhamento sistemático as famílias, na instancia da assistência social, vem de encontro a prevenção ao cumprimento das prerrogativas propostas, neste contexto a família inserida deve participar como referendado no texto de Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família-Volume I - Brasília/DF 2010 pg. 29:

“O Programa de Atenção Integral a Família, tem o objetivo de atender às famílias mais necessitadas dos municípios, oferecendo serviços de assistência social, educação e de inclusão produtiva. (Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família-Volume I - Brasília/DF2010. P.29)”.

O Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), que é ofertado pelo Centro de Referência da Assistência Social, onde se configura a viés da proteção social básica, sendo uma unidade pública, estatal, descentralizada da Política Nacional da Assistência Social, de caráter preventivo, proativo, protetivo que deve prioritariamente está situada na zona de maior vulnerabilidade social ¹⁵ de social da população, sendo considerado a porta de entrada do SUAS¹⁶, nesta obliquidade o CRAS, tem uma ampla gama de atuação, no município.

Correlacionando a área de assistência social, neste arcabouço, uma de suas diretrizes são atender crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), este público alvo devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% nas atividades com carga horária pré-definida, na intenção de manter estes atendidos, com atividades e a carga horária. Essas condicionalidades referem-se sempre a matricialidade, que segundo o MDS em Capacitação para Controle Social nos Municípios: A. S. e PBF- Brasília -2010 pg. 45 salienta que:

“A matricialidade sociofamiliar refere-se à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações da política de assistência social. A família, segundo a PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e/ ou dependência econômica. (Capacitação para Controle Social nos Municípios: A. S. e PBF- Brasília -2010P. 45)”.

Ressalta-se que as sanções oriundas das condicionalidades do PBF, são gradativas, o que torna ou facilita uma possível identificação das famílias que não

¹⁵ **Vulnerabilidade Social:** famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; desvantagem pessoal resultante de deficiência; exclusão pela pobreza/ou pelo acesso as demais políticas públicas.

¹⁶ **Sistema Único de Assistência Social – SUAS** Sistema federativo que envolve todos os entes da federação: Estados, município, distrito Federal e União. O SUAS é organizado pelo MDSe coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social(SNAS) Capacitação para Controle Social nos Municípios: A. S. e PBF- Brasília -2010P. 51)

cumprem as condicionalidades e assim fomenta o acompanhamento de forma sistêmica no município, nesta vertente já referenciada anteriormente. Os efeitos vão desde a advertência da matricialidade, passando pelo bloqueio e pela suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento conforme indicado. O poder público deve fazer o acompanhamento gerencial para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. A partir daí, são implementadas ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, consideradas em situação de maior vulnerabilidade social.

A família que encontra dificuldades em cumprir as condicionalidades deve, além de buscar orientações com o gestor municipal do Bolsa Família, procurar o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) ou a equipe de assistência social do município. Esgotadas as chances de reverter o descumprimento das condicionalidades, a família pode ter o benefício do Bolsa Família bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado. Todas as informações relacionadas às condicionalidades das famílias podem ser encontradas no Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (Sicon).

3. MUNICÍPIO DE IPORANGA.

No município de Iporanga o Programa Federal Bolsa PFB, foi pactuado em 2004 na gestão do Dr. Jamil Adib Antônio (2001-2004), onde o início de recebimento do benefício foi no mês de janeiro com os benefícios Auxílio Gás no valor de R\$ 15,00 e Bolsa Escola no valor de R\$ 45, 00, inicialmente foram beneficiadas 216 famílias que obteve o valor total de repasse de benefícios direto de R\$ 87.120,00, atualmente o Programa Bolsa Família segundo Terezinha Cristina Barwick Barata... UniCarioca - Rio de Janeiro-2008; Brasília: MDS, 2008 pg.142:“O programa Bolsa Família- BPF, unificou antigos programas de transferência de renda do Governo Federal, chamada de Programas Remanescentes, que são: Bolsa Escola, instituído pela lei nº 10.219, de 11/04/01, Bolsa Alimentação, instituído pela MP nº 2.206, de 06/09/01; Auxílio Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102. de 24/01/02; e Cartão Alimentação, instituído pela lei 10.689, de 13/03/03. (Terezinha Cristina Barwick Barata... UniCarioca - Rio de Janeiro-2008; Brasília: MDS, 2008.p.142)”.O CRAS é uma unidade que possibilita o acesso de um grande números de família à rede de proteção social de assistência social. É uma unidade que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisição, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. Mínimos de CRAS por porte de município estabelecido pela NOB/SUAS200.

Em Março de 2011 foi criado o Centro de Referencia da Assistência Social, no qual segundo legislações Federal¹⁷ é considerado a porta de entrada da população, pois trabalha na viés da prevenção e monitoramento das famílias referenciadas, de acordo com o porte do município.

Nesta conjuntura social o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, está sendo desenvolvido no âmbito do CRAS, que conta com dois cadastradores¹⁸ municipal (efetivação dos cadastro) e um responsável¹⁹ geral (coordenador) tendo como objetivo principal o cadastramento e a atualização dos

¹⁷ <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protECAo-especial-basica/cras-centro-de-referencias-de-assistencia-social/cras-institucional>

¹⁸ Diogo Pereira da Silva / Fabiane Maria dos Santos

¹⁹ Assistente Social -Lidia Chagas Schnabel- Servidora Municipal/Coordenadora do Centro de Referencia da Assistência Social de Iporanga.

dados coletados manualmente e posteriormente incluído no sistema Cadúnico²⁰ que é online.

Porte do município	Nº. Habitantes	Nº. mínimo de CRAS	Famílias referenciadas	Capacidade de Atendimento Anual
Pequeno Porte I	Até 20 mil habitantes	1 CRAS	2.500	500 famílias
Pequeno Porte II	De 20 a 50 mil habitantes	1 CRAS	3.500	750 famílias
Médio Porte	De 50 a 100 mil habitantes	2 CRAS	5.000	1.000 famílias
Grande Porte	De 100 a 900 mil habitantes	4 CRAS	5.000	1.000 famílias
Metrópole	Mais de 900 mil habitantes	8 CRAS	5.000	1.000 famílias

Tabela 1 - Porte do Município de Iporanga - SP

Através destes dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) nomeiam, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas para receber o benefício. No entanto, o cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no programa e o recebimento do benefício.

Segundo a legislação²¹: Esta iniciativa do governo Federal possui três eixos principais: a transferência de renda que promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares que objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade, como posto no documento de Terezinha Cristina Barwick Barata... UniCarioca - Rio de Janeiro-2008; Brasília: MDS, 2008 pg.142 que salienta que:

“A situação de pobreza e desigualdade que atinge contingente da população brasileira tem causas complexas e não pode ser solucionada apenas pelo recebimento de benefícios financeiros. Para os propósitos do BF, sejam realizado, em especial o estímulo à emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, é

²⁰ <https://www.cadastrounico.caixa.gov.br/porta/private/CadUnico7>.

²¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm

necessário “a articulação entre o Programa (Bolsa Família) e as políticas públicas sociais de iniciativas dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal”, conforme indica o art. 5º da lei 10.836/2004. (Terezinha Cristina Barwick Barata... UniCarioca - Rio de Janeiro-2008; Brasília:MDS, 2008.p.143)”.

Mensalmente o governo federal deposita uma quantia que difere de uma núcleo familiar para o outro, pois depende da constituição dos que fazem parte do programa. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende da quantidade de elementos da família, da idade dos seus membros e da sua renda.

As famílias elegíveis e que já estão recebendo a concessão do benefício, devem participar de ações complementares, que está respaldada no Art. 2º do Decreto nº 5.209/2004, estas ações devem ser intersetorial com propositura da superação da pobre multidimensional, citado pela autora Terezinha Cristina Barwick Barata. UniCarioca - Rio de Janeiro-2008; Brasília: MDS, 2008.pg.144 que:

“Os programas complementares ou ações complementares não estão dentro do Bolsa Família, não são componentes estritos do Programa, é importante a articulação do PBF com as iniciativas desenvolvidas por diferentes esferas de governo e mesmo por entidades da sociedade, nas áreas de aumento de escolaridade, como: analfabetismo de adulto; capacidades profissional; e apoio à realização de atividades e produtivas e de geração de trabalho e renda, dentro outras.(Terezinha Cristina Barwick Barata UniCarioca - Rio de Janeiro-2008; Brasília: MDS, 2008.p.144)”.

No Município de Iporanga, são ofertados diversas ações complementares, a fim de incentivar as famílias a produtividades de trabalho e geração de renda, pois a característica do município e turístico, pois a Cidade de Iporanga está localizado na maior concentração de cavernas na América Latina, e o PETAR está localizado no Bairro Serra, que fica há 13 kl de do centro de Iporanga.

Em decorrência do citado o CRAS oferta os programas complementares no de cunho artesanal, a fim de fomentar incentivar o publico alvo que em sua maioria são arrimo de família, nesta perspectiva estimularmos a agricultura familiar em parceria com a Casa da Agricultura de Iporanga - CAT e a Horta comunitária que fica situada na cidade a fim de proporcionar ao beneficiário o aprendizado e da mesma aferir alimentação, que supra as demandas emergentes no âmbito nutricional e financeiro, como citado Lei nº 10.836/04-Lei de Criação do PBF estabelece, em seu art. 8º:

“A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observando a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social”, Lei nº 10.836/04-Lei em seu art. 8º”.

Assim cada município visualiza uma estratégia local e intersetorial, que possa respaldar possibilidades de ações complementares a fim de possibilitar como posto no Artigo desafios para a coordenação intergovernamental do programa bolsa família, pg.10

“A intersetorialidade e a gestão intergovernamental são, portanto, modalidade de respostas cada vez mais frequentes da administração pública a um entornam complexo, ao mesmo tempo em que são manifestações da complexidade da gestão de políticas sociais em contextos federativos contemporâneos”.

3.1. Iporanga Demograficamente

O município como posto na figura abaixo, visando a elucidação para o leitor, direciona-se geograficamente da localização de Iporanga²², que se situa no bojo da mata atlântica, junto às margens do Rio Ribeira de Iguape e na foz do Ribeirão Iporanga. A cidade é nacionalmente e internacionalmente denominada "Capital das Cavernas", devido à grande incidência de cavernas calcárias na área do município. São cerca de 360 cavernas catalogadas, a maior concentração do Brasil e, possivelmente, do mundo, segundo informações turísticas, turisporanga@gmail.com, que salienta:

“Nas proximidades da Capital Paulista e da cidade de Curitiba, encontra-se uma região que possui um solo rico em calcária, considerada uma das maiores concentrações de cavernas do Brasil. Reconhecida internacionalmente, permite explorar cavernas e grutas, formadas a milhões de anos, com rios, cachoeiras subterrâneas, salões e galerias, sendo que algumas das formações são únicas no mundo. Toda a região foi reconhecida pela UNESCO em 1992 como reserva da Biosfera da Mata Atlântica. (Informações turísticas turisporanga@gmail.com)”.

²² (Fonte: [IPEADATA](#))



Figura 1- Mapa do Município de Iporanga - SP

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo_Municip_Iporanga.svg>

Sua demografia, segundo o censo de 2010.

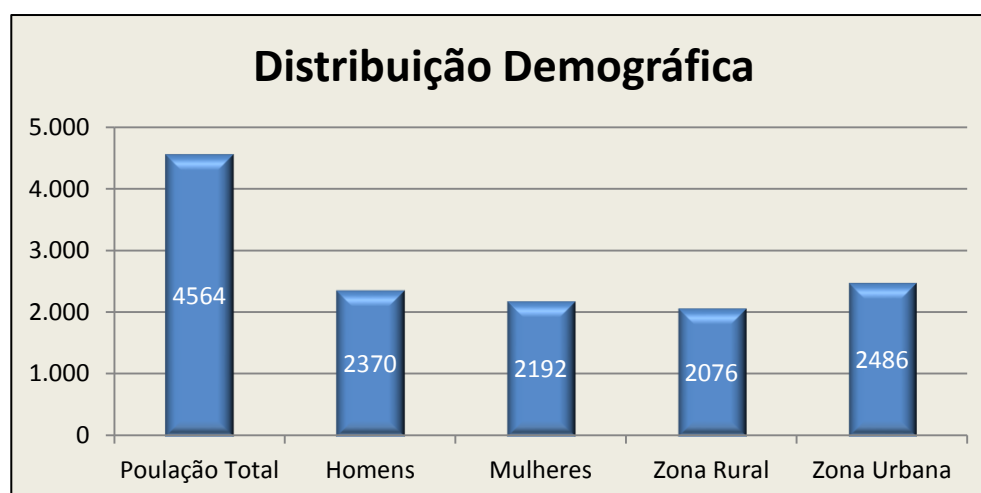


Gráfico 5 – Distribuição Demográfica

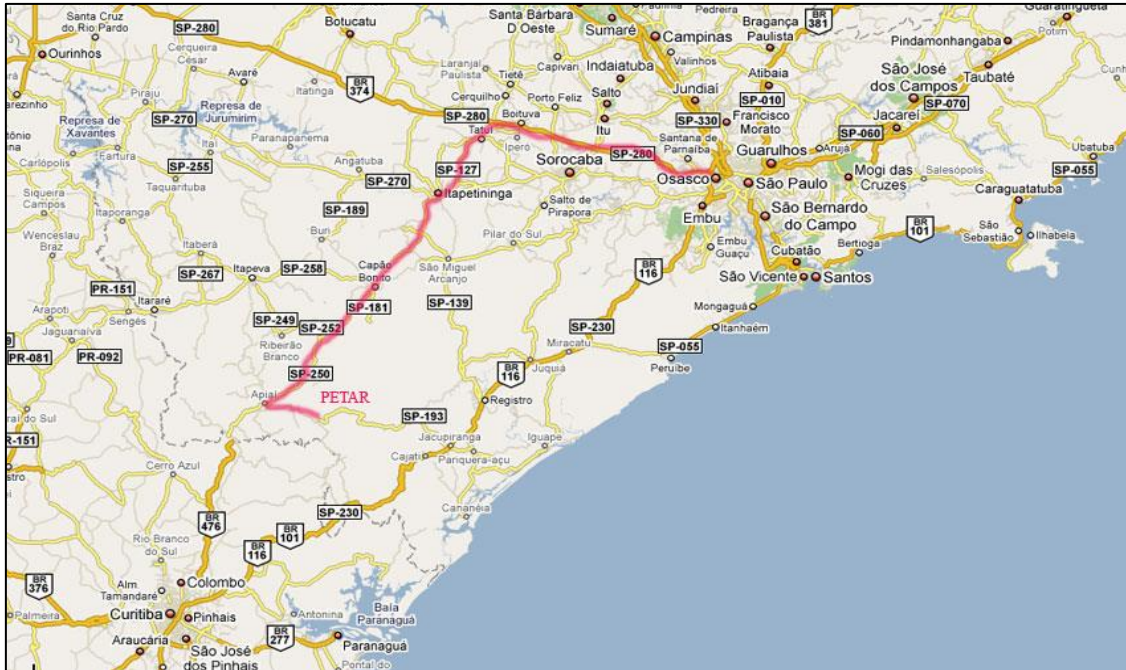


Figura 2 – Mapa do Parque Estadual - Petar

O município é cercado por unidades de conservação, dentre as quais se destaca o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR, que com cerca de 40 hectares abriga o valioso patrimônio natural, composto por sítios espeleológicos, paleontológicos, arqueológicos e históricos além da grande diversidade biológica característica da Mata Atlântica preservada em toda sua extensão. Em 1999, essa região foi reconhecida como Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, segundo: (Informações turísticas turisporanga@gmail.com) afirma que:

“Iporanga, porta de entrada do PETAR, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, fundada em 1576, em função das descobertas de ouro na região, pequenina e colonial, a cidade de instalou as margens do rio Ribeira, guardando ainda registros arquitetônicos do seu passado. Informações turísticas turisporanga@gmail.com”.

Iporanga possui uma das mais belas e complexas paisagens geológicas do Estado de São Paulo. Na região, que possui um relevo jovem e bastante movimentado, afloram rochas metassedimentares marinhas e metaígneas numa extensa faixa de dobramentos deformada segundo a direção Nordeste sudoeste que constitui o Grupo Açungui (Neoproterozóico, cerca de 1,1 bilhão de anos), incluindo o Subgrupo Lajeado, constituído por metacalcários sobre os quais se instalam as famosas cavernas; Formação Iporanga e Formação Votuverava, essas últimas com predomínio de filitos, metaconglomerados e localmente rochas metabásicas. Na

região, efetuaram-se diversos estudos de mapeamento geológico e pesquisa mineral, sobretudo pela CPRM - Serviço Geológico do Brasil. A seção geológica mais conhecida é o famoso perfil Apiaí-Iporanga. O município de Iporanga foi palco da exploração de ouro no período colonial e posteriormente chumbo e zinco no século passado.



Figura 3 - Vista aérea de Iporanga – SP

Fonte: <<http://brasildasaguas.com.br>>

Foto: Margi Moss

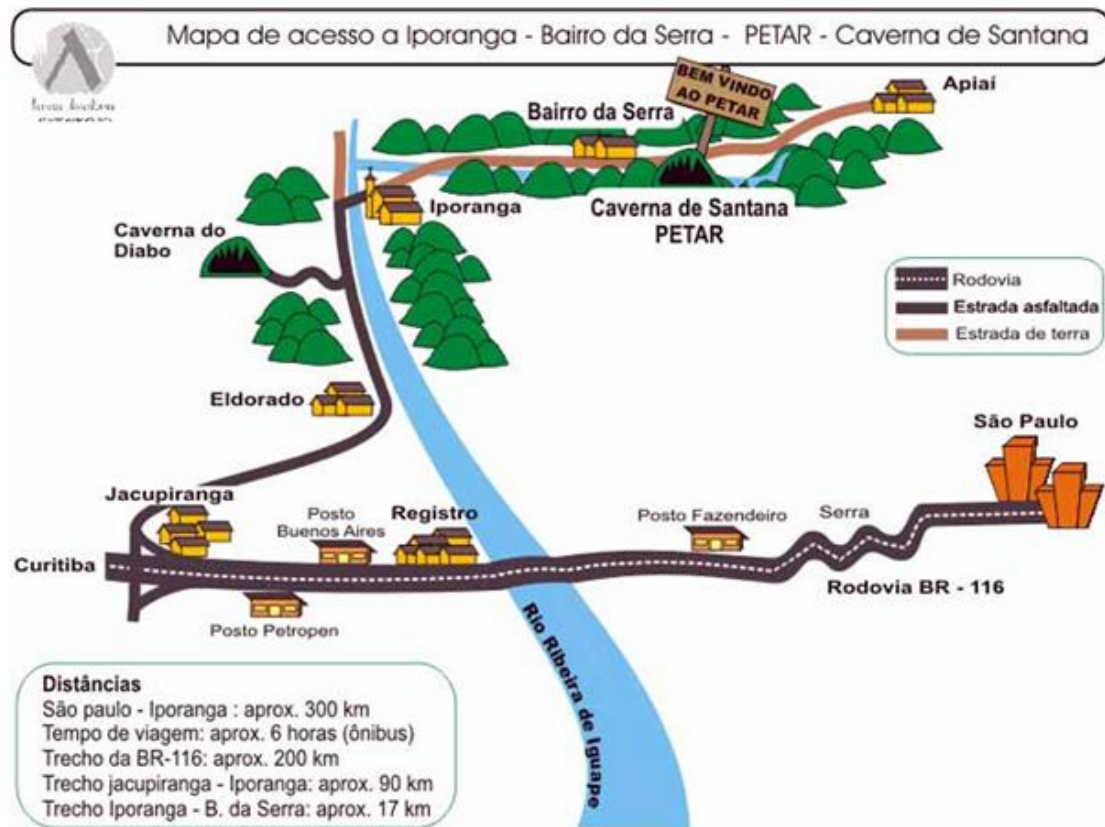


Figura 4 - Localização Estratégica de Iporanga - SP

Fonte: <<http://parqueaventuras.com/br/como-chegar/>>

Neste contexto geral insere-se o público alvo do estudo científico em análise entre os de 2009/2012.

4. Pertinências Legais Do Programa Bolsa Família.

Observar-se ao longo destes dez anos o Programa Bolsa Família, e salientamos os anos de 2009 a 2012, e neste contexto ressaltamos as principais legislações, tais como, Normativas, Decretos, Portarias, instruções Operacionais, Resoluções e informativos desta arena legal que regulamenta norteando o Programa Bolsa Família com o desígnio de respalda e sancionar as prerrogativas que faz deste o maior Programa de transferência de Renda Nacionalmente reconhecido.

Identifica-se através do gráfico, após compilação dos dados configura-se o Programa Bolsa Família, que fomenta, através das legislações subsistente ao longo dos anos. Os dados supracitados foram elaborados por esta subscritora através do site: <<http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/linhadotempo>>.

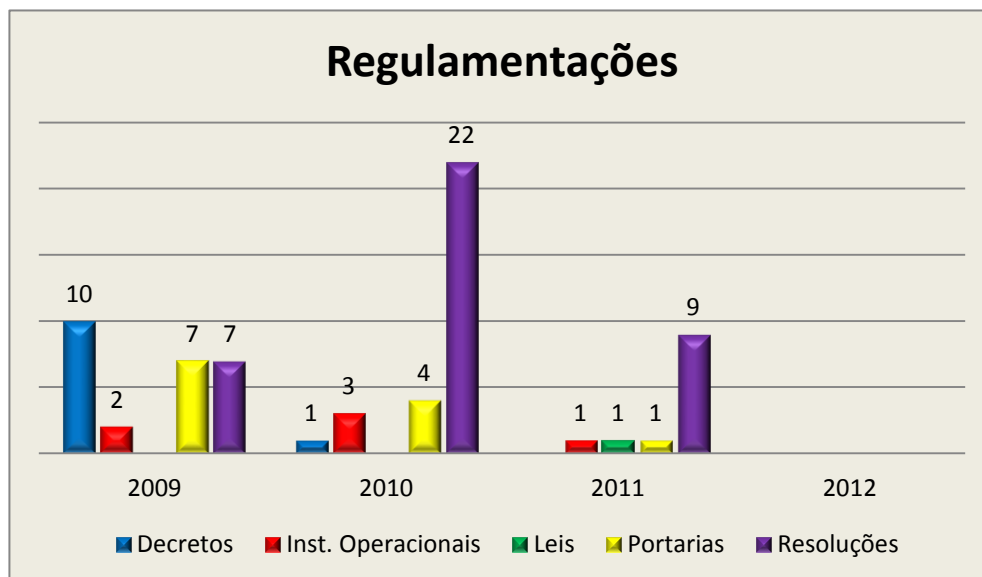


Gráfico 6 – Decretos, Instruções Operacionais, Leis, Portarias, Resoluções

Pelo exposto ao longo deste dez anos o PBF, vem ganhando magnitude legal, deixando de ser uma política publica partidária, para entrar na arena do direito como uma política publica de Transferência de Renda Nacional do MDS, que ecoa em seu bojo o dinamismo tão singular desta nação heterogênea, na busca de combater e minimizar a situação imediata de extrema pobreza, proporcionando o alívio imediato

através da Transferência de renda em espécie, cita Behring, Elaine Rossetin pg.9 que este é um:

“O processo social que está em nosso foco de análise é revelador da interação de um conjunto muito rico de determinações econômicas, políticas e culturais, no mesmo passo em que é coberto pelo véu ideológico do “mundo da pseudoconcreticidade”. (Behring, Elaine Rossetin p.9)”.

4.1. Lei Especifica do Programa Bolsa Família

Neste viés da legislação específica do Programa Bolsa família, relacionamos duas leis: Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, em que cria o Programa Bolsa Família e o Decreto nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004, que cria o Programa Bolsa e dá outras providências, estas legislações anexadas integram e respaldam o trabalho científico em sua vertente legal.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Propõem-se o estudo na cidade de Iporanga - SP, que contemplara alguns Bairros: Centro e Bairro Fundão / Bairros da Zona rural: Serra e Ribeirão 5.1. Local do estudo e seus respectivos bairros. 5.2 Algumas técnicas foram selecionadas na realização deste estudo e utilizamos pesquisa exploratória, descritiva, de análise documental e questionário fechado, os quais os usuários foram escolhidos de forma aleatória mediante amostragem, processos e técnicas através de subsídios concernentes.

5.1. Local do Estudo

Iporanga é um vocábulo de origem tupi que significa "rio bonito", através da junção dos termos 'y (rio) e poranga (bonito). É uma referência ao Ribeirão²³ Iporanga, na foz do qual se localiza o município. “Localiza-se no Vale do Ribeira a uma latitude 24°35'09” Sul e a uma longitude 48°35'34” oeste estando a uma altitude de 81 metros possuindo um clima tropical úmido. Os municípios limítrofes são: Ribeirão Grande, Capão Bonito, Barra do Turvo, Adrianópolis PR Guapiara, Apiaí, Eldorado e Itaoca. Distancia ate a capital (São Paulo) 360 km. Dentro desta área municipal também se compõe de varias comunidades Quilombolas.

²³ <http://www.petaronline.com.br/iporanga.htm>



Figura 5 - Municípios limítrofes

Fonte: <www.rgp.matris.com.br>

Sua população estimada (Censo [IBGE/2010](#)) era de 4.302 habitantes. Iporanga conta hoje com nenhuma indústria ou fábrica. A população vive basicamente do turismo e da prestação de serviços e mão de obra à prefeitura e aos meios de hospedagens (Pousadas e Campings). O primeiro indício de ocupação colonial é de meados do Séc. XVI, no ano de 1.576, com a formação do primeiro núcleo habitacional o “Garimpo de Santo Antônio”, a 8 km da foz do Ribeirão Iporanga, onde hoje se encontra o Bairro do Ribeirão, e trouxeram os primeiros cultivos econômicos da época, a cana – de - açúcar e de subsistência, os cereais.

Durante o Séc. XVII, em pleno movimento bandeirantista, inicia - se na região do Médio Vale, um ciclo de exposição de ouro que logo se esfria com a descoberta de novas jazidas nas Minas Gerais e no Centro-Oeste do país.

A partir de 1.676 devido ao crescimento da economia, inicia-se a formação do porto Ribeirão, na foz do Rio Iporanga como ponto de partida. Com o crescimento deste núcleo, que em 1730, viria a se tornar a sede do Município.

No município de Iporanga com relação aos anos abordados nesta pesquisa por amostragem, totalizam-se 502 beneficiários. E neste contexto foi desenvolvida a pesquisa por amostragem em quatro bairros. Situa-se o Bairro Centro com 154 beneficiários e o Bairro Fundão com 20 beneficiários do Programa Bolsa Família pertencentes à zona Urbana e bairro Serra com 54 beneficiários e Bairro Ribeirão com 23 beneficiários estes últimos dois supracitados estão localizados na Zona rural.

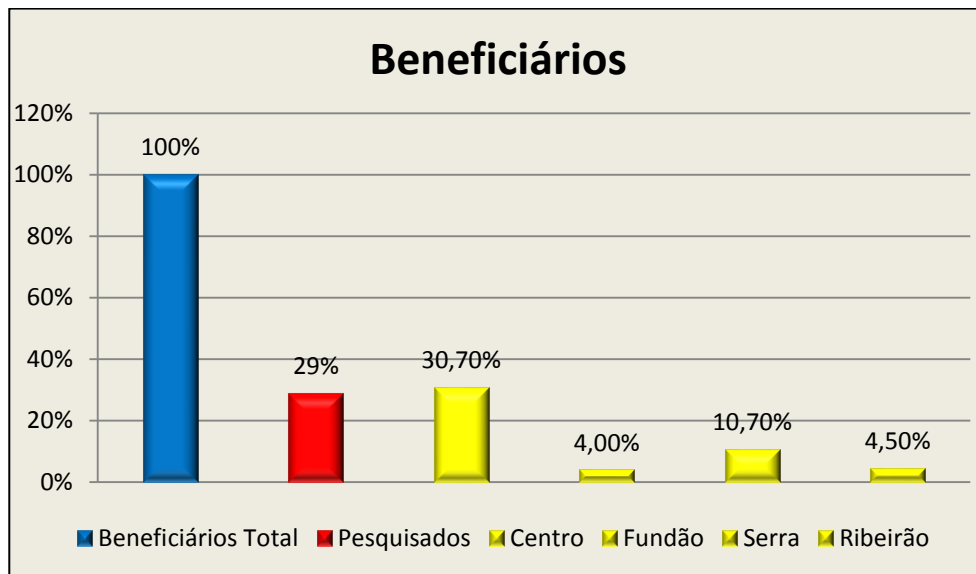


Gráfico 7 – Porcentagem de beneficiários

5.2. Técnicas de Pesquisas

Na construção e configuração do trabalho posto, alguns métodos de pesquisa foram arrolados, a fim de subsidiar e direcionar concretude da pesquisa exploratória²⁴, descritiva, quantitativa e não estatística como salienta o autor THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007 pg.78:

²⁴ Como o próprio nome indica, a pesquisa exploratória permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco conhecido, pouco explorado. Nesse sentido, caso o problema proposto não apresente aspectos que permitam a visualização dos procedimentos a serem adotados, será necessário que o pesquisador inicie um processo de sondagem, com vistas a aprimorar ideias, descobrir intuições e, posteriormente, construir hipóteses. Fonte (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisa>)

“A pesquisa descritiva usa padrões textuais como, por exemplo, questionários para identificação do conhecimento. O IBGE realiza pesquisas descritivas. A pesquisa descritiva tem por finalidade observar, registrar e analisar os fenômenos sem, entretanto, entrar no mérito de seu conteúdo. Na pesquisa descritiva não há interferência do investigador, que apenas procura perceber, com o necessário cuidado, a frequência com que o fenômeno acontece. É importante que se faça uma análise completa desses questionários para que se chegue a uma conclusão. (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007.p.78)”.

A análise documental de caso e questionário fechado, nesta vertente salienta as autoras Eliana Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão 2001, pg.79 que:

“O questionário do tipo fechado tem na sua construção questões de resposta fechada, permitindo obter respostas que possibilitam a comparação com outros instrumentos de recolha de dados. Este tipo de questionário facilita o tratamento e análise da informação, exigindo menos tempo. Eliana Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2001, p.79)”.

Opta-se por esta pesquisa por entender que a mesma deriva da investigação proposta na qual possibilita a abordagem do questionamento realizado na perspectiva deste esboço e nesta viés, fomenta a aferição dos dados que permeia a temática na qual desenvolveremos o estudo entre os anos de 2009 a 2012.

Elege-se também a escolha aleatória, (amostragem) utilizando o percentual dos cadastrados e beneficiários do programa Bolsa Família, no que tange a arena pesquisada, como revenda, o autor Montenegro, Eduardo J. S. pg. 88:

“A amostragem aleatória simples é o tipo de amostragem probabilística ‘mais utilizada. Dá exatidão e eficácia à amostragem, além de ser o procedimento mais fácil de ser aplicado – todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de pertencerem à amostra. É bastante preciso e apresenta todos os elementos da população com probabilidade conhecida de serem escolhidos para fazer parte da amostra. O processo consiste em selecionar uma amostra “n” a partir de uma população “N”. Geralmente a seleção é feita sem reposição e cada amostra é feita unidade a unidade até que se atinja o número pré-determinado. (Montenegro, Eduardo J. S. p88)”.

Salienta-se que esta é uma pesquisa por amostragem e não estatística, pois esta conjuntura municipal totaliza um arsenal dos 502 beneficiários, e neste âmbito, elencamos quatro bairros, sendo dois da zona rural e dois da zona urbana.

O instrumento normativo a respeito da legislação do Programa Federal de Transferência de Renda Bolsa Família foi obtido também através do site www.mds.gov.br/bolsafamilia. Ainda, a informações constantes do presente trabalho foi obtida através de pesquisa documental e exploratória, utilizando-se da investigação em pesquisa de campo interna no CRAS de Iporanga.

Os documentos internos acessados foram compilados, pois não havia registros específicos da demanda posta levantada, sendo assim após uma intensa e dispendiosa pesquisa aferimos os dados apresentados, nos anos de 2009 a 2012.

Destaca-se que nos referendamos também com referências bibliografias e documental nos informe que atualmente o Governo Federal publica periodicamente no site do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome), sendo utilizada a publicação do Caderno de Orientações e Legislações do Programa Federal de Transferência de Renda Bolsa Família, aplicativo Cadastro Único e demais bibliografias e sites.

Quanto à técnica de análise de dados para o presente trabalho científico, elegemos a análise de conteúdo, como citado por Neves 1996, pg. 03:

“(...) tem se tornando a modalidade preferida daqueles que procuram saber como e porque certos fenômenos acontecem ou quando os fenômenos analisados são atuais e só fazem sentido dentro de um contexto específico. Neves 1996, p03”.

Adota-se o cuidado de realizar o levantamento documental mais abrangente possível, disponível nos bancos de dados já referenciados, periódicos e documentos internos e externos, para que o trabalho científico do período estudado tenha a maior veracidade.

6. RESULTADO E DISCUSSÃO

Nesse capítulo apresentaremos: 6.1 cursos ofertados no período de 2009 a 2012 no qual contempla o cenário da pesquisa. 6.2 Serão apresentados à tabulação dos dados. E por ultimo, no item 6.3 A constatação da arena pesquisada e a identificação com base nas respostas dos questionários respondidos pelos usuários se neste período o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, configura-se na dependência que subjuga as pessoas a serem atores de suas vidas e ou há protagonistas de suas vivencias.

6.1. Cursos ofertados pelo Centro de Referência da Assistência Social- CRAS

Segundo dados do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, para que os beneficiários participem das ações desenvolvidas, são incentivadas ações que fomentam a participação dos usuários entre elas como se refere o livro Praticas Inovadoras na gestão do Programa Bolsa Família- 2006, pg. 53:

“A iniciativa de descentralização do atendimento não é nova, mas a forma como ela ocorre em relação ao PBF, com ênfase na comunicação (carro de som na rua, visita de casa em casa e em, especial, o radio) é que faz a diferença. Praticas Inovadoras na gestão do Programa Bolsa Família- 2006 (p 53)”.

Neste viés sempre antes de iniciar os cursos, contamos com o empenho na divulgação do mesmo por parte da equipe e outras Secretarias e geralmente são utilizados, na divulgação: Cartazes informativos, bilhetes entregues pelos agentes de saúde, carro de som e reuniões socioeducativas nos diferentes Bairros, como referendado no livro “Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/MDS” 2006, pg.33:

“A mobilização dos beneficiários, aspecto central do Programa, é feita com antecedência de um mês, de forma continua, por meio da mídia local e dos membros do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PSF), de forma a mobilizar toda a população da arena a ser atendida. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/MDS, (2006, p33)”.

Os cursos ofertados na conjuntura da pesquisa foram: Bisqui, Corte & Costura, Panificação, Pintura, Taquara e Vagonite. Ressaltamos que esta iniciativa de cursos que em sua maioria são na prerrogativa artesanal, é devido ao grande incide de turistas que perpassam pela cidade, como já explanado anteriormente no

trabalho. Segundo define o livro, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/MDS 2006, pg. 35:

“Relevância para o aprimoramento da política de transferência de renda: a forma como o PBF e os demais programas sociais estão integrados no município, bem como a articulação dos órgãos de controle do SUAS, podem ser exemplo de bons resultados e contribuir com outros municípios de menor porte. (Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/MDS” 2006, p35)”.

Os cursos supracitados nos dois primeiros anos (2009 a 2010) do projeto a princípio foram ofertados em dois horários de manhã e tarde, e nos dois últimos anos (2011 a 2012) em três horários, manhã, tarde e noite, como consta na folha de presença em anexos.

Nas imagens a seguir ilustramos beneficiários dos diferentes cursos referendados acima.



Figura 6 - Curso Biscuit



Figura 7 - Curso Biscuit



Figura 8 - Curso de Vagonite



Figura 9 - Curso de Vagonite



Figura 10 - Curso de Taquara



Figura 11 - Curso de Taquara



Figura 12 - Curso de Taquara



Figura 13 - Curso de horticultura



Figura 14 - Curso de horticultura



Figura 15 - Curso de Pintura



Figura 16 - Curso de Pintura



Figura 17 - Curso de Corte & Costura



Figura 18 - Curso de Corte & Costura

Nesta conjuntura incide um grande numero de participantes do Programa Bolsa família, como salienta o escrito de Praticas Inovadoras na gestão do Programa Bolsa Família- 2006 pg. 53:

“Constata-se que houve uma inserção dos beneficiários em vários programas e cursos que visam á autonomia profissional e à ruptura da pobreza. (Praticas Inovadoras na gestão do Programa Bolsa Família- 2006 p57)”.

Salienta-se que todos os cursos oferecidos no âmbito da assistência social têm como objetivo principal de alcançar o publico de pessoas que recebem beneficio de transferência de renda, a fim de minimizar a pobreza multidimensional.

6.2. Tabulação dos Dados

Observa-se que os dados aferidos através dos questionários respondidos pelos usuários, expressam o exposto relacionado a seguir. Foi realizada uma pesquisa por amostragem e sintetizando colocamos a seguir as informações e relatando como ela se compõe: Total de beneficiários em todo o município de Iporanga se compõe de 502 beneficiários. Para a pesquisa foram selecionados quatro bairros num total de 251 beneficiários e que se dividem assim:

Bairro Centro com 154 beneficiários;

Bairro Fundão com 20 beneficiários;

Bairro Serra com 54 beneficiários;

Bairro Ribeirão com 23 beneficiários.

Deste total de beneficiários se aplicou o questionário em 60% dos beneficiários, ou seja, em 149 beneficiários e que se dividem assim:

Bairro Centro com 91 beneficiários pesquisados;

Bairro Fundão com 12 beneficiários pesquisados;

Bairro Serra com 32 beneficiários pesquisados;

Bairro Ribeirão com 14 beneficiários pesquisados.

Representa-se estes dados na Tabela a seguir:

Bairro	Total de Beneficiários	Porcentual em relação a todo o Município	Beneficiários entrevistados (60%)	Porcentual em relação a todo o Município
Centro	154	30,7%	91	18,1%
Fundão	20	4%	12	2,4%
Serra	54	10,7%	32	6,4%
Ribeirão	23	4,6%	14	2,8%
Total	251	50%	149	29,7%

Tabela 2 – Porcentuais da arena pesquisada

A seguir exibem-se graficamente em porcentagem, as respostas dos questionários aplicados relacionando sempre com o respectivo numero de beneficiários entrevistados.

O questionário se compõe das seguintes perguntas, a saber:

1) A quanto tempo esta inserido no Programa bolsa Família?

2009, 2010, 2011, 2012

2) Em qual intenção é usado o beneficio?

Alimentação, Material Escolar, Faturas Mensais água, luz, telefone, etc.), Matéria Prima.

3) A transferência do beneficio é a única fonte de renda do núcleo familiar?

Sim, Não

4) Se NÃO, qual seria outro meio de renda?

Funcionário Público, Diarista, Autônomo, Outros

5) Em sua opinião, o beneficio da transferência de renda trouxe autonomia no núcleo familiar?

Sim, Não, Não sabe.

6) Em sua opinião, beneficio da transferência de renda trouxe dependência ao núcleo familiar?

Sim, Não, Não sabe.

7) Participou de cursos de qualificação profissional para a geração de renda?

Sim, Não.

8) Se SIM, conseguiu gerar renda através do aprendizado?

Sim, Não, Não sabe.

9) Se SIM, quanto aferiu mensalmente em Reais?

de 10 a 20, de 40 a 50, de 50 a 100, Outros valores.

A seguir os gráficos representativos resultados da pesquisa de campo:

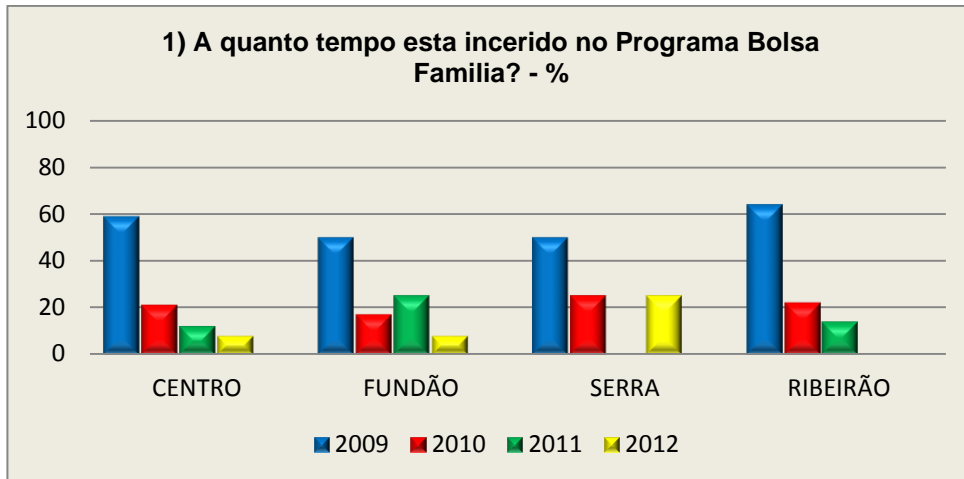


Gráfico 8 - Ano de inserção

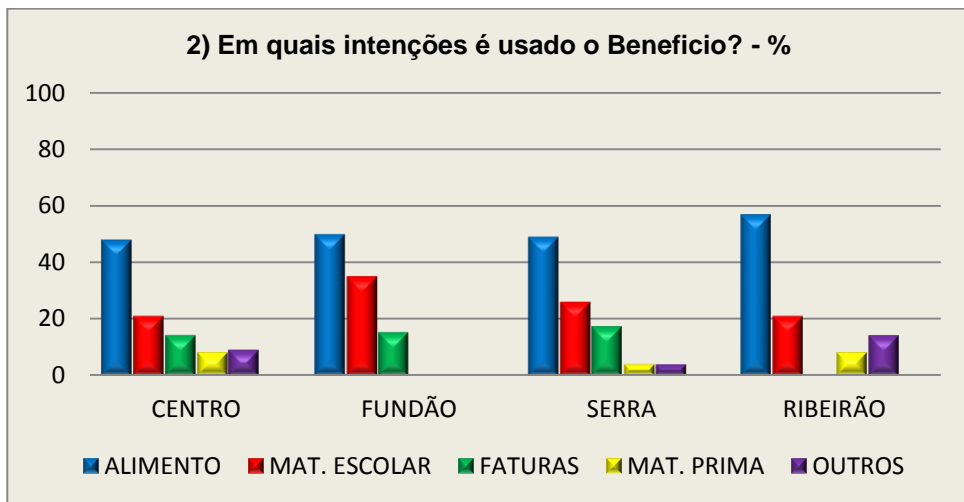


Gráfico 9 - Recursos

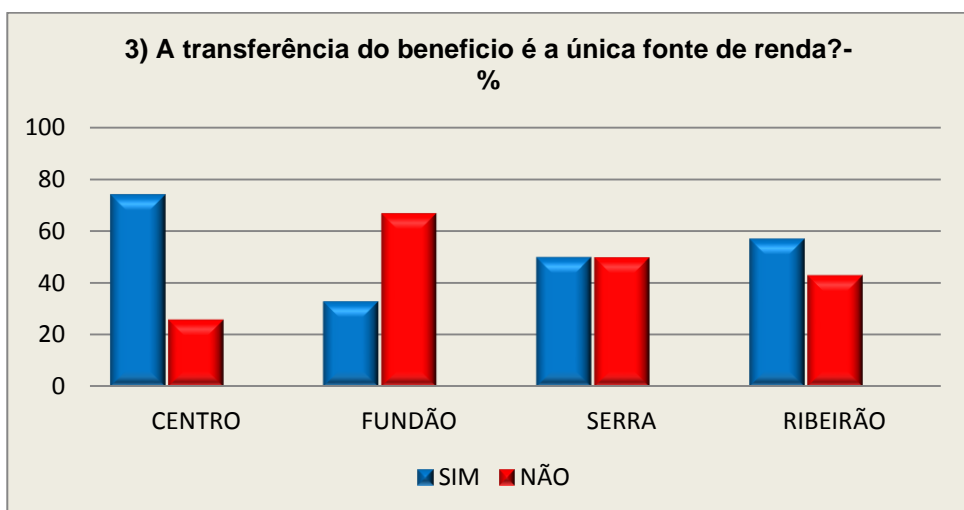


Gráfico 10 - Transferência de Renda

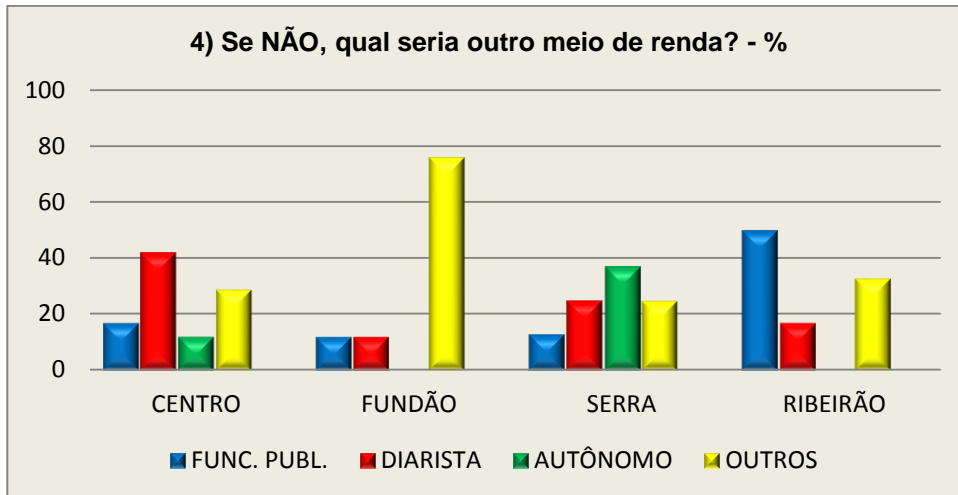


Gráfico 11 - Fontes de Renda

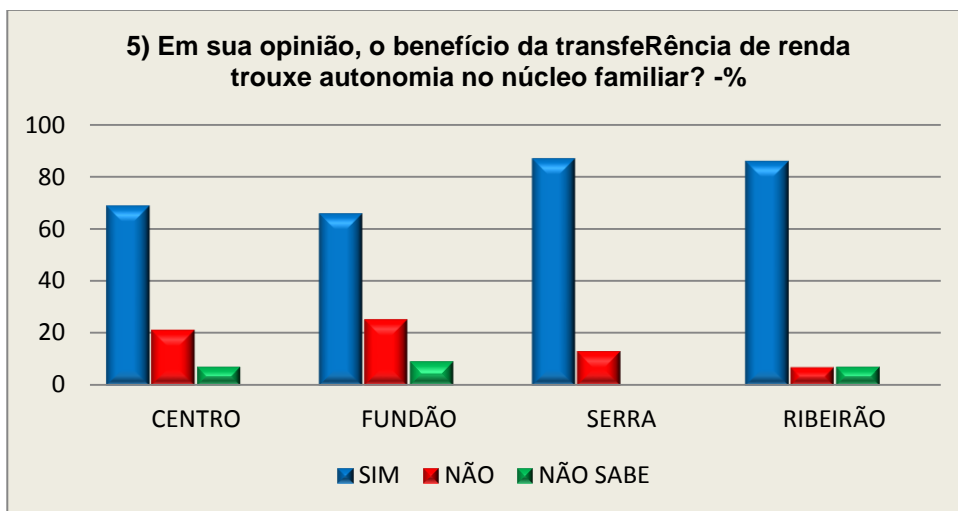


Gráfico 12 - Opinião

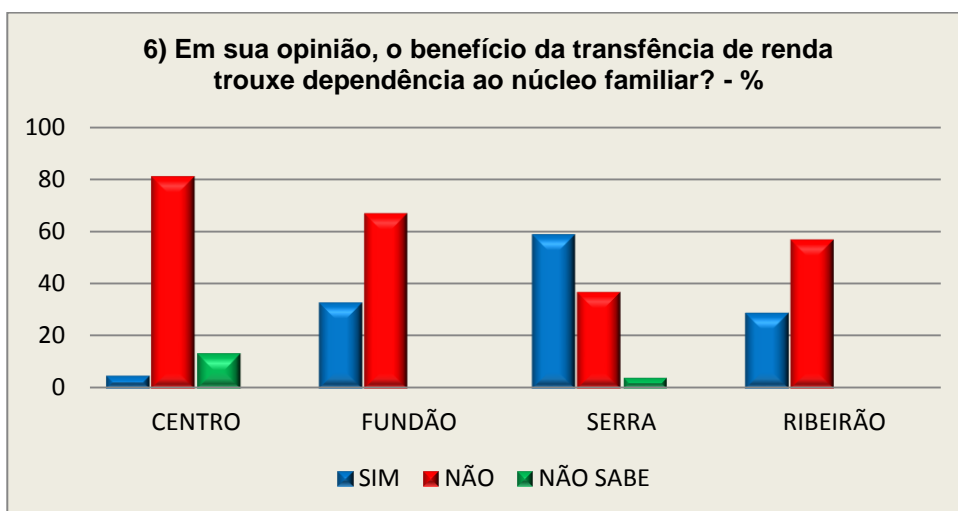


Gráfico 13 - Dependência

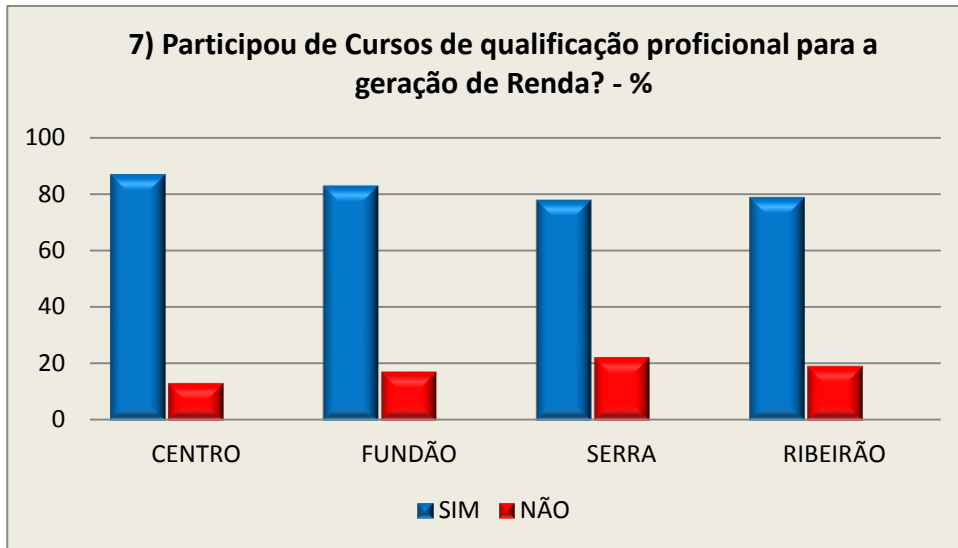


Gráfico 14 - Participação nos cursos

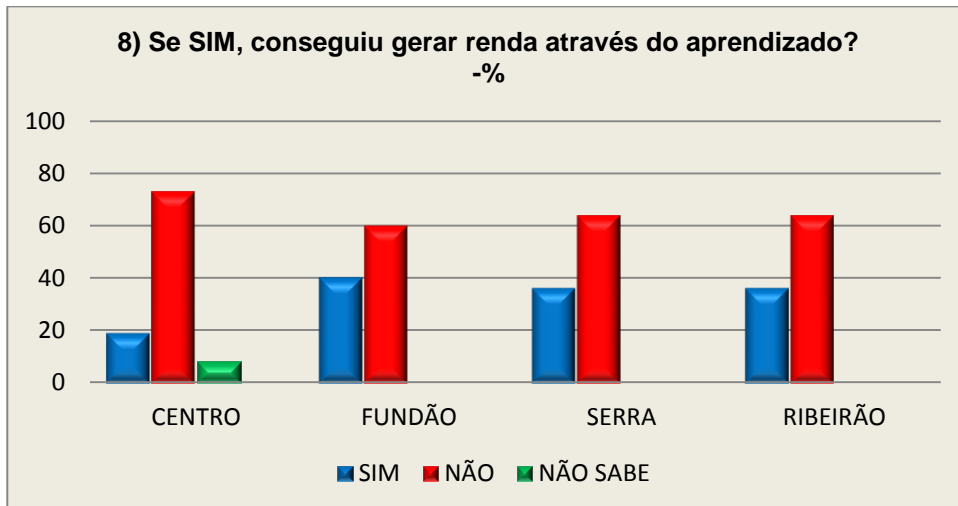


Gráfico 15 - Aferição de renda

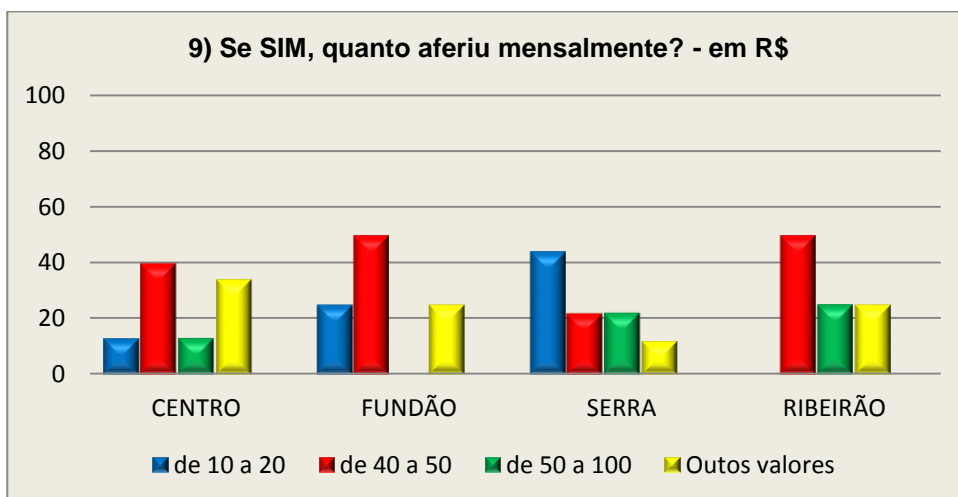


Gráfico 16 – Aferição de renda

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo identificar, com um questionário final aplicado, tomando como base uma amostragem limitada na arena estudada com as referencias entre os anos de 2009 a 2012, se o benefício de transferência de renda Bolsa Família, representou a dependência ou autonomia financeira de seus beneficiários.

Através da pesquisa de campo dentro desta amostragem limitada e da amostra não estatística, verifica-se que mesmo com os incentivos dos cursos ofertados pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, revela que os beneficiários em sua maioria, ainda não consegue o seu empoderamento financeiro, ou seja, sua auto sustentação pelo investimento do recurso em uma fonte de renda.

Observa-se que a maioria dos beneficiários conta com o recurso como orçamento intrínseco da entrada mensal, e uma grande porcentagem identifica o recurso como única fonte de renda, sendo o único instrumental financeiro de suprimento familiar.

Conjetura-se através das respostas vindas do questionário aplicado, que grande parte dos beneficiários, não consegue perceber que através do aprendizado apreendido é possível gerar qualificação profissional para a geração de renda e que o foco central dos cursos é promover a autonomia que fomenta a independência social e financeira.

Constata-se que grande parte dos beneficiários participa dos cursos somente para cumprir as condicionalidades postas pelo programa, resguardando o risco de terem seus benefícios bloqueados.

Nota-se também que os beneficiários que aferem renda, apesar de serem uma pequena porcentagem, só conseguem a geração de renda, devido ao recurso de transferência de renda não ser a fonte principal.

Percebe-se que os cursos hora ofertados pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, com o intuito de direcionar o beneficiário para a geração da produção de sua renda própria, necessitam de um estudo de maior aprimoramento para levar a conscientização final de que os beneficiários necessitam

participar dos cursos de qualificação profissional para a geração de renda, não somente para cumprirem uma condicionalidade, mas sim, como viés mediadora que propicia a independência econômica que o repasse de transferência de renda configura.

Nota-se que dentro das exigências do cumprimento das condicionalidades postas pelo PBF, não há uma prerrogativa que determine, que dentro de um determinado espaço de tempo, haja uma efetivação da produção de geração de renda, em decorrência de todos os recursos recebidos, tanto pela parte de transferência de renda do programa Bolsa Família assim como com os cursos ministrados pelo CRAS cumprindo estas ações complementares postas aos municípios pelo programa.

Assim em decorrência do citado o beneficiário então alcançara a geração da renda para sua auto sustentação podendo a partir deste momento cessar o benefício que cumpriu a sua finalidade que é o apoio a este objetivo e não o sustento contínuo do mesmo. Uma estruturação legal com sustentabilidade técnica, assim como o acompanhamento constante para que esta finalidade se realize. O objetivo pelo qual o PBF deveria ser perseguido com uma realização empreendedora final, sem dar uma sustentabilidade infinita e este arcabouço conjuntural de ações que fomentam a participação consciente e pautada no aprimoramento da geração de renda devem ser fomentadas para que possibilitem mudanças na política de desenvolvimento econômico do núcleo familiar.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, p. 41-67, 2005.

AFONSO, J. R. R. Novos desafios à descentralização fiscal no Brasil: as políticas sociais e as de transferências de renda. In: Seminário Regional de Política Fiscal, 18, 2006, Santiago. Santiago: Cepal/Ilpes, 2006.

ALMEIDA, M. H. T. de. Federalismo democracia e governo no Brasil: ideias, hipóteses e evidências. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica (BIB)*, n. 51, p. 13-34, 2001. ALMEIDA, M. H. T. de. Recentralizando a federação? *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, p. 29-40, 2005.

ARRETCHE, M. Federalismo e relações intergovernamentais o Brasil: a reforma de programas sociais. *Dados*, v. 45, n. 3, p. 431-458, 2002.

Balcão, Nildes; TEIXEIRA, Ana Cláudia (Org.). Controle social do orçamento público. São Paulo: Instituto, 2003.112p.

BRASIL. Diretrizes para a revisão do processo de pactuação do Programa Bolsa Família com Entes Federados. *Nota técnica*. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social PNAS 2004: Norma Operacional Básico NOB SUAS. Brasília, DF: MDS; SNAS, 2005.175p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Renda e Cidadania. Sistema de gestão de condicionalidade do Programa Bolsa Família SISCON/PNF: Manual do usuário, Brasília, 2009.

BRASIL. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. *Nota técnica*. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). 2006.

Bravo, Luciana Albuquerque A evolução da legislação de desenvolvimento econômico de São José dos Campos e sua influência na atração e retenção de empresas- de 1997 a 2012. Luciana Albuquerque Bravo. Curitiba. UTFPR, 2012. 97 f.: il.

Bravo, Luciana Albuquerque A evolução da legislação de desenvolvimento econômico de São José dos Campos e sua influência na atração e retenção de empresas- de 1997 a 2012. Luciana Albuquerque Bravo. Curitiba. UTFPR, 2012. 97 f.: il.

Caderno de Orientações e Legislação do Programa Bolsa Família e Cadastro Único Informações importantes para a gestão municipal-1ª edição -2012 – 2ª edição-2013.

Capacitação para Implementação do Sistema Único de Assistência Social- SUAS e do Programa Bolsa Família- PBF- Coordenação Geral: Terezinha Cristina Barwick Barata... UniCarioca - Rio de Janeiro-2008; Brasília:MDS, 2008.

CHARTIER, Roger. Os desafios da escrita. Tradução de Fúlvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

CRAS Iporanga – Informativo sobre os Programas Sociais e atividades sócio educativas em Iporanga/SP.

FONSECA, A; VIANA, A. L. A. Tensões e avanços na descentralização das políticas sociais: o caso do Bolsa Família.In: FLEURY, S. (Org.) *Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006.

FURLAN, N. Confusão no cadastramento do Bolsa Família. *Paraná Online*, Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.paranaonline.com.br/editoria/cidades/news/164702/?noticia=CONFUSAO+NO+RECADASTRAMENTOD+BOLSA+FAMILIA>. Acesso em 06.10.2013.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto. 2001. Uma genealogia de práticas educativas em São Paulo: 1836-1876. São Paulo, 517p. Tese (Doutorado em Educação), FE-USP.

Guia de Atuação das Instancias de Controle Social do Programa Bolsa Família-1ª edição –Secretaria Nacional de Renda de Cidadania -Ministério do Social e Combate a Fome(MDS) –Brasília -2006.

IBGE – População total de beneficiários em Iporanga/SP – Fonte: MDS/CadÚnico 2013.

JANNUZZI , P. M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001.

KOSSOY, Boris. 2001. *Fotografia & História*. 2.ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. 1984. In: *Enciclopédia Einaudi: memória – história*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. pp.11-50.

Legislação específica do Programa Bolsa Família.

Lei nº 10.836/04-Lei de Criação do PBF estabelece, em seu art. 9º que o controle e a participação social do Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, por um conselho ou por um comitê instalado pelo Poder Público municipal.

LOPES, Eliane Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. 2001. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A. (O que você precisa saber sobre). RAGAZZINI,

Dario. 2001. Para quem e o que testemunham as fontes de História da Educação? *Educar em Revista*, Curitiba, PR: Ed. da UFPR, n.18, pp.13-28.

MARQUES, R. M. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, n. 1, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília: Ministério do Desenvolvimento

MESQUITA, C. S. Contradições do processo de implementação de políticas públicas: uma análise do Programa Bolsa Família 2003-2006. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 57, n. 4, p. 465-487, 2006.

Mistério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família-Volume I - Brasília/DF2010.

Mistério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família-Volume II

Mistério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome 1º Premio e 1ª Mostra Nacional de Estudos sobre o Programa Bolsa Família- Brasília -2006.

Mistério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome 2º Premio e 1ª Mostra Nacional de Estudos sobre o Programa Bolsa Família- Brasília -2009.

Mistério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome –Programa Bolsa Família-Agenda da Família-Distribuição Gratuita. Copyright 2010.

Mistério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome- Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação- Capacitação para Controle Social nos Municípios: Assistência Social e Programa Bolsa Família- Brasília -2010.

Montenegro, Eduardo J. S -. Estatística programada passo a passo Vol. III e Vol. V Nazareth, Helen Alda – Curso Básico de Estatística – Editora Ática.

Ozanira Maria da Silva e Silva - Renda Mínima e Reestruturação Produtiva- São Paulo: Cortez . 1997.

Praticas Inovadoras na gestão do Programa Bolsa Família- Materiais elaborados a partir do Premio de Praticas Inovados na Gestão do Programa Bolsa Família- Secretaria Nacional de Renda de Cidadania -Ministério do Social e Combate a Fome(MDS) –Brasília -2006.

SILVA, LM. Interface dos Conselhos Gestores de Unidade com o Conselho Municipal de Saúde de São José dos Campos. 2012. 103p. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SILVA, LM. Interface dos Conselhos Gestores de Unidade com o Conselho Municipal de Saúde de São José dos Campos. 2012. 103p. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

Sistema e procedimentos para o acompanhamento das condicionalidades. Brasília/DF2010.

SOARES, F. V; SOARES, S; MEDEIROS, M; OSÓRIO, R. O. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. *Texto para discussão*, n. 1228, Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), 2006.

Social, 2005.

Sposati Aldaíza de Oliveira - Renda Mínima e Crise Mundial: Saída ou Agravamento?-São Paulo : Cortez, 1997.

Todos os links abaixo foram clicados em 10 de set. de 2013

<http://revistaforum.com.br/>

www.planejamento.gov.br/

www.urca.br/coloquioeconomia

Todos os links abaixo foram clicados em 20 a 27 de Setembro de 2013

Divisão Territorial do Brasil. Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1 de julho de 2008). / .

IBGE (10 out. 2002). *Área territorial oficial.* Resolução da Presidência do IBGE de nº 5 (R.PR-5/02) / .

Censo Populacional 2010. Censo Populacional 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000).

Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística..

NAVARRO, E. A. *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos.* 3ª edição. São Paulo. Global. 2005. 463 p.

<http://emec.mec.gov.br/>.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Iporanga>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo_Municip_Iporanga.svg.

<http://parqueaventuras.com/br/como-chegar/>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto

http://pt.wikipedia.org/wiki/Renda_per_capita

http://desigualdade-social.info/mos/view/%C3%8Dndice_de_Gini/

<http://parqueaventuras.com/br/como-chegar/>

Todos os links abaixo foram ticados em 2 de outubro de 2013.

Decretos2009

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/decretos/2009>

Decretos2010

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/decretos/2010>

Instruções operacionais 2009.

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/instrucoesoperacionais/2009>

Instruções operacionais 2010.

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/instrucoesoperacionais/2010>

Instruções operacionais 2011.

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/instrucoesoperacionais/2011>

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/leis/2009>

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/leis/2011>

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/portarias/2009>

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/portarias/2010>

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/portarias/2011>

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/portarias/2011>

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009>

[Bolsa Família completa 10 anos sem portas de saída - Brasil – Notícia
http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/sem-porta-de-saida-15/09/2013-08:47](http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/sem-porta-de-saida-15/09/2013-08:47)

Todos os links abaixo foram ticados em 6 de outubro de 2013

[Dados do Bolsa Família revelam melhoria na vida das brasileiras:](#)

http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=1&id_noticia=225700

[Dilma diz que Pronatec é saída do Bolsa Família – São Paulo – versaoim
http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,dilma-diz-que-pronatec- /.](http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,dilma-diz-que-pronatec-/)

[http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/10/beneficiarios-do-bolsa-fam...2 de 4 .](http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/10/beneficiarios-do-bolsa-fam...2 de 4)

<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/mais-de-40-mil-abandonam>
[http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/linhadotempo. / Em 5-10-2013.](http://bolsafamilia10anos.mds.gov.br/linhadotempo/)

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Iporanga>

<http://www.petaronline.com.br/iporanga.htm>

<http://parqueaventuras.com/br/quilombos/>

<http://www.das.ufsc.br/~andrer/ref/bibliogr/pesq/pesq1.htm#cap11>

<http://www.somatematica.com.br/estat/basica/pagina3.php>

[http://www.triangulomarketing.com.br/Deficao_AAS.htm /](http://www.triangulomarketing.com.br/Deficao_AAS.htm/)

ANEXOS**QUESTIONÁRIO
MONOGRAFIA****“Programa Federal Bolsa família ”****UTFPR (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)****Pesquisa com Usuário****Centro/ Bairro:_____**

- 1 – A quanto tempo está inserido no Programa Bolsa Família?
() 2009 () 2010 () 2011 () 2012
- 2 – Em quais intenção é usado o benefício?
() alimentação () material escolar () faturas mensais (água, luz, telefone, etc.) () matéria prima para geração de renda () outros
- 3- A transferência do benefício é a única fonte de renda do núcleo familiar?
() Sim () Não
- 4- Se não, qual seria outro meio de renda?
() funcionário público () diarista () autônomo () outros
- 5 – Em sua opinião, o benefício da transferência de renda trouxe autonomia no núcleo familiar?
() Sim () Não () Não sabe
- 6 – Em sua opinião, o benefício da transferência de renda trouxe dependência ao núcleo familiar ?
() Sim () Não () Não sabe
- 7 – Participou de cursos de qualificação profissional para a geração de renda?
() Sim () Não
- 8- Se sim, conseguiu gerar renda através do aprendizado?
() Sim () Não () Não sabe
- 9- Se sim, quanto aferiu mensalmente (R\$)?
() de 10 a 20 () de 40 a 50 () de 50 a 100 () outros valores

